

Seca extrema deixa indígenas sem igarapé e paraíso turístico sob fumaça

Acima da média nacional, mortes violentas caem na Amazônia Legal

Disputas por terra e recursos espalham problema por área que ocupa mais da metade do território do país; região compreende 772 municípios brasileiros em nove estados

Lucas Lacerda

SÃO PAULO Em meio a disputas por território e recursos naturais, as mortes violentas intencionais registraram queda no território da Amazônia Legal, que compreende 772 municípios brasileiros em nove estados, mas ainda continuam mais altas do que a média nacional.

A região registrou uma taxa de 32,3 dessas mortes a cada 100 mil habitantes em 2023, com queda de 6,2% na comparação com 2021. O indicador, que soma vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes causadas por agentes de segurança, é 41,5% maior do que a taxa nacional, de 22,8 mortos por 100 mil habitantes. Na média do Brasil, a queda em 2023, ante 2021, foi de 4,6%.

É o que mostra a terceira edição do estudo "Cartografias da Violência na Amazônia", organizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto Mãe Crioula. As taxas elevadas de mortes violentas podem estar relacionadas, apontam as organizações, à corrida ilegal por terra e recursos naturais na região.

O problema também inclui as facções do crime organizado, que chegaram a 260 cidades da região neste ano, mais do que as 178 verificadas no ano passado. Predomina em territórios de CV (Comando Vermelho), grupo surgido no Rio de Janeiro que está sozinho em 129 delas. Já a facção paulista PCC (Primeiro Comando da Capital) está nessa situação em 28 municípios. Também fazem parte desse mosaico outros grupos, como a Tropa do Castelar, os Piratas do Solimões e o Bonde dos 40, entre outros.

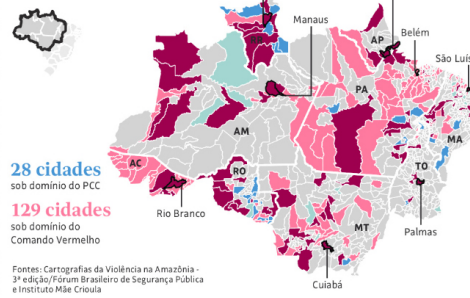
O estudo mostra que a violência chega até a cidades como Cumaru do Norte, cidade rural no sudoeste do Pará com 900 quilômetros de carro de Belém com 14,026 habitantes. A taxa média de mortes violentas intencionais para o triênio 2021-2023 chegou a 141,3 mortes por 1.000 habitantes, levando o município ao topo dos mais violentos da Amazônia Legal, embora não haja registro de facções no local.

Parte dessa violência, que inclui a disputa fundiária, a criação de gado em territórios grilados e a exploração de madeira, entre outros, pode ocorrer sobre solo indígena, como é o caso de Cumaru do Norte, que tem parte de seu território coberto pela Terra Indígena Kayapó.

Essa condição leva a responsabilidade sobre a investigação e o combate a crimes para o governo federal. O levantamento mostrou que há sobreposição de propriedades em terras indígenas em 8,6 mil imóveis rurais. Por outro lado, 11 mil proprie-

Presença do Comando Vermelho, do PCC e de duas ou mais facções criminosas na Amazônia Legal

Dados de 2024 por município
 ■ CV (Comando Vermelho)
 ■ PCC (Primeiro Comando da Capital)
 ■ Duas ou mais facções
 ■ Domínio de outra facção



28 cidades sob domínio do PCC

129 cidades sob domínio do Comando Vermelho

Fonte: Cartografias da Violência na Amazônia - 3ª edição/Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto Mãe Crioula

dades estão sobre unidades de conservação ambiental.

As apreensões de drogas também tiveram alta entre 2019 e 2023. Foram 70 toneladas de cocaína apreendidas na região em 2023, mais que o triplo do que as 21,6 toneladas apreendidas em 2019. O pico recente foi em 2022, com 93 toneladas recolhidas por forças de segurança estaduais e federais, incluindo as Forças Armadas.

Já as apreensões de maconha cresceram continuamente ao longo desse período, chegando a 166,9 toneladas em 2023, mais que o dobro do que as 75,5 toneladas registradas em 2022. Gargalo na segurança pública do país, as investigações policiais, especialmente as de lavagem de dinheiro, tiveram atividade superior no território, ao menos em produção de relatórios de inteligência financeira do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

Na comparação de 2023 com 2022, o número de relatórios de inteligência financeira associados aos estados na região da Amazônia Legal aumentou 31,2%, mais do que a produção nacional, que cresceu 20,4%. Houve uma queda, no entanto, nos relatórios sobre crimes ambientais, e um aumento nas comunicações sobre tráfico de drogas.

Já a arrecadação de tributos por meio da Compensação Financeira pela Extração Mineral, verificada na geração de notas fiscais de venda de ouro, mais que dobrou entre 2018 e 2023 em todo o Brasil, e o crescimento chegou a 172,5% na Amazônia Legal. Segundo o estudo, o indicador pode apontar a en-

trada de ouro do garimpo ilegal no mercado regulado.

O pico dessa arrecadação foi em 2021, quando a região chegou a representar quase metade (48,9%) do total arrecadado (R\$ 428,8 milhões). O estudo atribui essa alta a um incentivo para a exploração mineral na época. Essa arrecadação caiu, no entanto, na comparação de 2023 com 2022, respectivamente o primeiro ano do governo Lula (PT) e o último do governo Jair Bolsonaro (PL).

A conexão exata de atividades criminosas com o narcotráfico ainda é nebulosa, mas fica evidente no garimpo ilegal, diz a diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno, especialmente em regiões do Pará e de Roraima.

"No caso do PCC, você tem drogas e equipamentos caríssimos que são financiados pelo crime e um compartilhamento dessa infraestrutura para garantir a logística dos ilícitos", segundo equipes que reuniram informações para o estudo em Roraima. Com a operação de desinstituição do governo federal na Terra Indígena Yanomami, por exemplo, há uma série de aeronaves que ficam ociosas, afirma Samira. "Eram usadas para transportar ouro e passam a transportar cocaína e outros ilícitos".

Esse compartilhamento de logística é revelado em outros crimes ambientais, segundo especialistas. "Temos casos de apreensões da Polícia Federal em que uma [quantidade de] madeira fruto de desmatamento em territórios de preservação está recheada de cocaína, por exemplo, porque isso vai ser mandado para a Europa."

6,2%

foi a queda de mortes violentas registradas na região na comparação com 2021. A taxa registrada foi de 32,3 mortes a cada 100 mil habitantes em 2023, indicador 41,5% maior do que a taxa nacional, de 22,8 mortos por 100 mil habitantes. Na média nacional, a queda em 2023, ante 2021, foi de 4,6%.

260

cidades da região registraram problemas com facções do crime organizado, mais do que as 178 verificadas no ano passado. Predomina em territórios de CV, que está sozinho em 129 cidades. Já o PCC está nessa situação em 28 municípios

70

toneladas de cocaína foram apreendidas na região em 2023, mais que o triplo do que as 21,6 toneladas apreendidas em 2019. Já as apreensões de maconha chegou a 166,9 toneladas em 2023, mais que o dobro do que as 75,5 toneladas registradas em 2022

34% dos municípios da região têm presença de facções criminosas

SÃO PAULO Em meio à expansão do crime organizado na busca pelo controle de territórios e recursos naturais, 33,7% das cidades da Amazônia Legal, o equivalente a 3 de cada 10, têm presença de ao menos uma facção criminosa. Dos 772 municípios na região, 260 convivem com a ação desses grupos.

Em números, o Comando Vermelho, surgido no Rio de Janeiro, está sozinho em 129 cidades. Já a facção paulista PCC (Primeiro Comando da Capital) tem 28 cidades sob seu domínio. Outras 85 cidades têm presença de duas ou mais facções, segundo o mapeamento feito entre janeiro e setembro deste ano.

Os dados são da terceira edição das Cartografias da Violência na Amazônia, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto Mãe Crioula. Segundo o estudo, a separação entre os grupos de tráfico de drogas e crimes ambientais tem sido borrada nos últimos anos.

Um exemplo é a entrada do PCC, segundo a publicação, no garimpo ilegal de ouro da Terra Indígena Yanomami, que se estende por Roraima e Amazonas. A exploração de minérios como cassiterita e ouro pode ter atraído integrantes da facção como seguranças.

Mas relatos de pessoas envolvidas no garimpo remontam a chegada da facção, assim como os concorrentes do CV, ao período entre 2013 e 2015, diz o estudo. Hoje, segundo relatos colhidos no documento, pode haver inclusive uma divisão de classes. Garimpeiros que fazem o trabalho direto nos rios são apontados como "velhos" e "trabalhadores", e os "bandidos" ficam responsáveis pelas negociações de ouro, drogas e armas.

Os dados são colhidos, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em visitas a algumas cidades, entrevistas de campo e com autoridades de Polícia Federal, Polícia Militar e Ministério Público, informações de órgãos públicos, notícias e redes sociais. As informações, então, são cruzadas ao longo da elaboração do estudo.

Uma hipótese da publicação para o crescimento das facções em solo amazônico é o modelo da aliança e adesões entre grupos dentro das prisões, que amplia as fileiras do crime organizado. Essa medida também acaba por enfraquecer grupos locais por meio de fusões ou incorporações, como ocorreu, segundo o texto, com o Bonde dos 13, do Acre, a Família Terror do Amapá e a União Criminosa do Amapá.

No caso do Bonde dos 13, o grupo é apoiado pelo PCC, na tentativa de fazer frente ao domínio do CV em quase todo o território acreano.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: A Pagina: 35